



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0264195-2/ARCOVERDE/PE

EMBARGANTE:

BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S.A.

Advogado(a):

Wilson Sales Belchior (OAB/PE nº 1259A)

EMBARGADO:

FIRMA COMERCIAL G. DE SOUZA DE BARROS

Advogado(a):

José Josuel Florencio (OAB/PE nº 11348)

RELATOR:

DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

DATA DO JULGAMENTO:

DE

DE 2013

EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO COM RELAÇÃO AO TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA DE ACORDO COM A SÚMULA 362 DO STJ.

1. Descabe falar em omissão no que se refere ao termo inicial dos juros de mora, vez que, inobstante fixados na primeira instância – incidentes a partir do evento danoso, nos termos da Súmula 54 do STJ –, não restaram impugnados pelo banco embargante no momento oportuno, de modo a permitir a análise ou alteração do seu termo inicial pelo Tribunal, quer na apelação, quer no recurso de agravo, sendo certo que os embargos de declaração não se prestam a revisar o julgado.

2. Assiste razão ao banco embargante relativamente ao termo inicial da correção monetária, pois, em razão da redução do montante indenizatório pelo Tribunal, consequentemente, também deveria ter sido alterado o momento para incidência da correção monetária, que, a teor do disposto na Súmula 362 do STJ, conta da data do arbitramento da indenização por dano moral.

3. Embargos de Declaração conhecidos, dando-lhes provimento parcial a fim de reconhecer a omissão apenas quanto ao termo inicial da correção monetária, a qual deve incidir a partir da data da decisão terminativa que reduziu o valor da indenização por dano moral.

AS



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na Apelação nº 0264195-2, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em conhecer dos embargos bem como lhes dar provimento parcial, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 25 de 09 de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0264195-2

AGRAVANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A

ADVOGADO: Wilson Sales Belchior PE 001259-A e Outros

AGRAVADO: FIRMA COMERCIAL G.DE SOUZA DE BARROS

ADVOGADO: José Josuel Florencio PE 11348 e outro

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos em face do acórdão de fls. 536/536v, através do qual foi negado provimento ao recurso de agravo interposto contra decisão terminativa proferida na apelação cível nº 0264195-2.

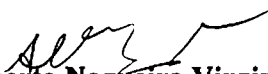
O BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A, ora embargante, suscita a ocorrência de omissão no acórdão supramencionado, argumentando que, ao negar provimento ao recurso de agravo, o órgão colegiado manteve a decisão terminativa monocrática através da qual o relator da apelação reduzira – de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para R\$ 10.000,00 (dez mil reais) – a indenização arbitrada na sentença de 1º grau, deixando, contudo, de se pronunciar acerca da correção monetária e juros de mora incidentes.

Pugna pelo conhecimento e provimento dos presentes aclaratórios, para sanar a omissão apontada, fixando-se como termo inicial da correção monetária e dos juros de mora, a data da prolação da decisão que julgou a apelação, isto é, o momento em que se fixou em definitivo o *quantum* indenizatório, nos termos do Art. 407 do CC e da Súmula 362 do STJ.

É o relatório.

Independente o feito de pauta, trago-o à mesa para julgamento.

Recife, 28 de 09 de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0264195-2

AGRAVANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A
ADVOGADO: Wilson Sales Belchior PE 001259-A e Outros
AGRAVADO: FIRMA COMERCIAL G.DE SOUZA DE BARROS
ADVOGADO: José Josuel Florencio PE 11348 e outro
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

A apelação cível nº 0264195-2 foi interposta contra a sentença de fls. 371/375, através da qual o MM Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Arcoverde, nos autos da ação de indenização nº 0000626-20.2005.8.17.0220, julgou procedente em parte o pedido formulado pela requerente, determinando que o requerido efetuasse o pagamento, a título de verba reparadora por dano moral, da importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), corrigida monetariamente a partir do ajuizamento da ação e acrescida de juros de mora de 12% a.a., a contar do evento danoso, conforme dispõe o Art. 398 do Código Civil e Súmula 54 do STJ.

Por meio da decisão terminativa monocrática de fls. 504/505, o relator Substituto, Juiz Odilon de Oliveira Neto, deu provimento parcial ao apelo interposto pelo Banco Bradesco, tão somente para reduzir o quantum indenizatório de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mantendo-se inalterados os demais termos da decisão recorrida.

Tal decisão terminativa ensejou a interposição, pelo Banco Bradesco, do recurso de agravo de fls. 508/519, donde se extrai o acórdão ora embargado (fls. 536/539), em que a 2ª Câmara Cível, à unanimidade, ratificou a decisão monocrática agravada.

Agora, nas razões dos presentes embargos de declaração, o Banco apelante/agravante aduz que o colegiado teria se omitido com relação aos consectários legais da condenação principal, razão por que pede a fixação, pelo Tribunal, de correção monetária e juros de mora incidentes desde a data do julgamento do apelo, nos termos do disposto no Art. 407 do CC e da Súmula 362 do STJ.

Pois bem, de início, ressalto que, nem nas razões do apelo, nem nas razões do recurso de agravo interpostos pelo Banco este devolveu ao Tribunal a questão do termo inicial da correção monetária e dos juros de mora, sendo certo que tais acessórios restaram efetivamente fixados pelo magistrado de 1º grau na sentença de fls. 371/375.

Assim, analisando a matéria que lhe foi devolvida, este Tribunal, tanto na decisão terminativa monocrática quanto no acórdão do agravo, decidiu pela redução da indenização por danos morais arbitrada no 1º grau, mantendo os demais termos da sentença vergastada.

Nesse contexto, tenho que não se há falar em omissão, pelo menos no que se refere ao termo inicial dos juros de mora, vez que, inobstante fixados na primeira instância – incidentes a partir do evento danoso, nos termos da Súmula 54 do STJ –, não restaram impugnados pelo banco embargante no momento oportuno, de modo a permitir a análise ou alteração do seu termo inicial pelo Tribunal, quer na apelação, quer no recurso de agravo, sendo certo que os embargos de declaração não se prestam a revisar o julgado.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

Oportuno mencionar que a reforma da sentença, no que toca à redução do valor da indenização, por si só, em nada justifica um novo pronunciamento nesta instância sobre o termo inicial dos juros de mora, vez que, tal como fixados no 1º grau, isto é, a partir do evento danoso, não são atingidos pela simples alteração do *quantum* indenizatório.

Entretanto, assiste razão ao banco embargante relativamente ao termo inicial da correção monetária, pois, em razão da redução do montante indenizatório pelo Tribunal, consequentemente, também deveria ter sido alterado o momento para incidência da correção monetária, que, a teor do disposto na Súmula 362 do STJ, conta da data do arbitramento da indenização por dano moral.

À míngua do pronunciamento do colegiado a esse respeito, prevaleceria como termo inicial da correção monetária a data da sentença, a despeito do valor da indenização só ter sido definida na apelação – quando foi reduzida – o que contraria a Súmula 362 do STJ, exigindo-se, nesse ponto, uma declaração integrativa do acórdão.

Por todo o exposto, CONHEÇO dos embargos e lhes DOU PROVIMENTO PARCIAL para reconhecer a omissão deste órgão colegiado apenas quanto ao termo inicial da correção monetária, que deve incidir a partir da data da decisão terminativa que reduziu o valor da indenização por dano moral.

É como voto.

Recife, 25 de 09 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator